



Índice

- 01** [Ministro do STJ determina liberdade imediata para o cacique Babau Tupinambá](#)
- 02** [Arpinsul se manifesta diante dos conflitos entre agricultores e indígenas no RS](#)
- 03** [NOTA PÚBLICA acerca do conflito entre indígenas e agricultores no RS. E agora, ministro da Justiça?](#)
- 04** [Conflitos e Violência atingem povos indígenas e comunidades tradicionais](#)
- 05** [Juruna, Babau, e o Papa – Quem não deve não teme](#)
- 06** [Extrativistas quilombolas e indígenas poderão receber sua DAP através do IEF](#)
- 07** [Fesac e Renap firmam parceria para criação de cursos em Direito Indígena](#)
- 08** [Justiça suspende licença de usina em MT por causar impacto à indígenas Munduruku e Apiaká](#)
- 09** [IEB e Funai planejam ações em conjunto para a região do sul do Amazonas em 2014](#)
- 10** [Premiada indígena peruana que evitou construção de represas na Amazônia](#)
- 11** [Nota da Aty Guasu sobre a violação dos direitos indígenas pela Justiça e pelo governo do Brasil](#)
- 12** [Arpinsul se manifesta diante dos conflitos entre agricultores e indígenas no RS](#)
- 13** [UFOPA: Seminário discute hidrelétricas no rio Tapajós, 08/05](#)



- 14** [Quilombolas protestam na porta do TJMG, no Centro de BH](#)
- 15** [Polícia investiga morte de irmãos em conflito indígena no Norte do RS](#)
- 16** [Exposição revela o cotidiano e as particularidades das etnias indígenas do TO](#)
- 17** [Barra do Bugres receberá embarcação para assistência aos ribeirinhos](#)
- 18** [Vereadores apuram denúncias sobre ameaças a quilombolas contrários às desapropriações](#)
- 19** [Povos indígenas ocupam prédio da Funai em Guajará Mirim \(RO\)](#)
- 20** [Com rodovia ocupada por índios, PRF sugere desvio para motoristas na BR-060 em MS](#)
- 21** [Índios cobram pedágio em rodovia entre Rondônia e Mato Grosso](#)
- 22** [Sem solução hoje, índios ameaçam retomar invasões em Sidrolândia](#)
- 23** [Decisão do STJ manda Cacique Babau não sair da aldeia, mas referencia pontos importantes na sua defesa \(leia a íntegra\)](#)
- 24** [Julgamento de recurso de quilombolas é suspenso após pedido de vista](#)
- 25** [Justiça suspende obras da usina São Manoel](#)
- 26** [Índio Cidadão?](#)
- 27** [Dois agricultores são mortos por indígenas em Faxinalzinho](#)
- 28** [Exposição revela o cotidiano e as particularidades de indígenas](#)
- 29** [STJ concede liminar e Babau pode ser solto a qualquer momento](#)
- 30** [MPF-AM recomenda que Unir receba alunos indígenas de Humaitá](#)



Ministro do STJ determina liberdade imediata para o cacique Babau Tupinambá
SÍTIO CIMI, 29.04.2014

Por Renato Santana,
de Brasília (DF)

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Alves dos Reis Junior concedeu, no final da tarde desta terça, 29, liminar determinando a liberdade imediata do cacique Babau Tupinambá, que está sob custódia da Polícia Federal, em Brasília (DF). O indígena deverá ser solto nas próximas horas.

Conforme a análise do ministro, a decisão do juiz da Vara Criminal da Justiça de Una, que determinou a prisão, “pouco ou quase nada se referiu ao paciente (o cacique), tendo se limitado a fazer referências a depoimentos de não se sabe quem”.

Para Reis, o acesso aos depoimentos do inquérito, e que induziram a decisão do juiz, “de forma surpreendente, estão restritos a autoridade e ao Ministério Público apenas, excluindo-se a defesa (do cacique)”. Por fim, o ministro afirma que “não há qualquer notícia de que Babau teria participado efetivamente do homicídio”.

A liminar que determina a soltura de Babau ocorreu depois que a defesa do cacique entrou com habeas corpus no STJ. Antes havia recorrido ao Tribunal de Justiça da Bahia, mas os dois pedidos de liberdade ao cacique foram negados. Nesta terça, horas antes da liminar do STJ, o TJ baiano chegou a decidir que Babau poderia cumprir a prisão temporária em Brasília, na sede da Funai.

Histórico

No último dia 24, cacique Babau se entregou à Polícia Federal depois de se defender, durante audiência das comissões de Direitos Humanos da Câmara e do Senado, das acusações que o levavam a prisão. Conforme o grotesco inquérito da Polícia Civil de Una, Babau foi acusado de envolvimento na morte de um agricultor.

O assassinato ocorreu no último dia 10 de fevereiro e no dia 20 deste mesmo mês, o juiz de Una expediu mandado de prisão contra Babau. Quase dois meses depois, no último dia 16, ao retirar o passaporte para viajar ao Vaticano a convite da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), quatro mandados de prisão sustaram o documento – depois de ser emitido pela Polícia Federal.

Três deles foram arquivados em 2010 e um quarto, desconhecido pelo próprio cacique e seus advogados, movimentado pela Justiça de Una na manhã do último dia 17. Era o mandado de prisão, que não tinha sido cumprido quase 60 dias depois de ordenado pelo juiz. Ainda no dia

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

17, fontes da Polícia Federal afirmaram que a Polícia Civil de Una acabava de pedir apoio para o cumprimento do mandado. Babau decidiu se entregar alegando que nada devia e que Tupinambá não foge.

Na aldeia Serra do Padeiro, Terra Indígena Tupinambá de Olivença, o clima é de alívio, mas de atenção. A comunidade espera que o Ministério da Justiça demarque o território tradicional, em processo na mesa do ministro José Eduardo Cardozo desde 2011, e agradece o apoio de todos e todas que pediram Liberdade pra Babau!



Arpinsul se manifesta diante dos conflitos entre agricultores e indígenas no RS
SÍTIO CIMI, 29.04.2014

NOTA PÚBLICA DA ARPINSUL SOBRE O CONFLITO ENTRE AGRICULTORES E INDÍGENAS NO RIO GRANDE DO SUL

Mais um episódio da omissão e morosidade por parte do poder público, que constantemente vem ocasionado conflitos relativos às questões territoriais dos Povos Indígenas, bem longe de se resolver pelo desleixo político e pela ratificação do poder e manipulação do agronegócio e do neodesenvolvimentismo.

A região sul tem sido um cenário bem explícito da truculência e persistência preconceito e violação dos direitos territoriais e consequentemente a indignação e revolta das comunidades indígenas que não suportam mais tanta demora na solução dos problemas sociais fundiários. Ver tantas famílias Kaingang e guarani jogadas a própria sorte na beira das estradas há anos, tantas crianças em extrema vulnerabilidade e tantos velhos vendo o fim de seus dias sem esperança de reconquistar suas terras roubadas na colonização e pela expansão agropecuarista.

A tensão e reação entre indígenas e agricultores no município de Faxinalzinho – RS e a morte dos 2 agricultores é só mais um exemplo de causa e efeito deste problema que ninguém do poder público quer assumir de verdade e deixam a mercê para que os conflitos se acirrem cada vez mais e promove ainda a opinião pública e agentes anti-indígenas para aumentar ainda mais o preconceito contra os indígenas da região.

O caso deve ser averiguado sim, mas o governo tem que entender que isso é uma consequência da sua própria falta de vontade política de assistir e atender de fato a questão indígena, regularização fundiária, do fortalecimento dos órgãos oficiais indigenistas, parar de ficar inventando “moda”, querendo a todo custo mudar a legislação e manipular os direitos indígenas para atender os anseios políticos e econômicos.

Caso contrário, a sociedade irá assistir ainda por muitos anos tantas mortes e violência no campo por conta da vergonhosa e histórica falta de respeito aos índios brasileiros e desrespeito também a própria Constituição Brasileira.

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul - ARPINSUL

Curitiba, 29 de abril de 2014.



NOTA PÚBLICA acerca do conflito entre indígenas e agricultores no RS. E agora, ministro da Justiça?
SÍTIO CIMI, 29.04.2014

Diante do descumprimento dos acordos e do modo desrespeitoso com o qual os indígenas estão sendo tratados pelo governo federal, comunidades Kaingang decidiram retomar, por conta própria, partes de seus territórios tradicionais. As lideranças das comunidades afirmam que, com essa ação, pretendem também chamar a atenção dos poderes públicos para que solucionem as demandas dos pequenos agricultores que se encontram sobre as terras a serem demarcadas.

Os Kaingang da TI Passo Grande do Rio Forquilha, localizada no município de Sananduva (RS), ocuparam na noite do dia 27 o salão paroquial da capela de Bom Conselho e parte de uma área, onde residem alguns agricultores. As lideranças anunciaram, de forma definitiva, que não sairão mais de sua terra ancestral. Ao mesmo tempo, indígenas Kaingang da TI Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho, bloquearam estradas vicinais que cortam suas terras com o intuito de chamar a atenção dos poderes públicos para a realidade em que vivem e exigem a demarcação das terras.

Durante o protesto dos Kaingang aconteceu um conflito envolvendo indígenas que bloqueavam uma das estradas e um grupo de agricultores, que pretendiam afastar à força os indígenas e liberar a via. Numa tentativa de romper com o bloqueio, segundo relato de lideranças Kaingang, um menino foi levado como refém por dois homens que estavam num caminhão carregado de ração. Na perseguição, para resgatar o menino, houve um confronto e os dois ocupantes do caminhão acabaram mortos.

O fato é lamentável e, infelizmente, faz parte de uma tragédia anunciada. Ontem, em nota (leia aqui), o Cimi Sul alertou para a gravidade da situação e que medidas fossem adotadas pelo governo no sentido de se evitar derreamento de sangue. O governo federal, uma vez mais, optou pela negligência e omissão e agora deve ser responsabilizado. A violência foi incentivada e anunciada, inclusive, pelos deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) durante audiência pública no município de Vicente Dutra (assista aqui). "Reúnam verdadeiras multidões e expulsem (os índios) do jeito que for necessário", diz Moreira.

O povo Kaingang, no norte do Rio Grande do Sul, realizou mais de quinze ocupações de terras que reivindicam como sendo parte de seu território tradicional. São em geral pequenas áreas, as quais abrigarão centenas de famílias que vivem, em sua maioria, acampadas às margens de rodovias. As terras indígenas, se comparadas às propriedades de alguns latifundiários, podem ser consideradas pequenas glebas. Por exemplo, o deputado Heinze, representante do bloco ruralista no Congresso Nacional, sozinho, possui 1.543 hectares.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

É importante ressaltar que a maioria das áreas que os Kaingang reivindicam estão em processo de demarcação há mais de 10 anos, pela Funai. Nos últimos anos, desde o governo Lula, os procedimentos demarcatórios não avançaram. Com o governo Dilma a situação se agravou, pois ela determinou que todas as demarcações fossem paralisadas, acentuando os conflitos. O governo aliado aos setores do agronegócio assumiu, claramente, uma política de negação dos direitos indígenas e quilombolas, atropelando a Constituição Federal.

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo tem insistido que vai buscar solução para os problemas através de mesas de diálogos com os Kaingang. As tais mesas, no entender do Cimi Sul, não passam de manobras protelatórias. Somente no mês de abril de 2014, o ministro da Justiça se comprometeu, por quatro vezes, em dialogar com os indígenas em Porto Alegre. Não compareceu em nenhuma das vezes, sempre postergando para outras datas.

Os Kaingang, percebendo a estratégia do ministro em protelar o cumprimento dos acordos, decidiram romper com a farsa das tais mesas de diálogo e reiniciaram um processo de autodemarcação de seus territórios.

Alertamos, uma vez mais, para a gravidade do problema e conclama o ministro José Eduardo Cardozo para que cumpra com suas obrigações constitucionais demarcando as terras indígenas, bem como estabeleça um cronograma de pagamento das indenizações dos agricultores e o reassentamento em outras terras. Caso contrário os conflitos se intensificarão.

Manifestamos nossa solidariedade e apoio aos povos indígenas que legitimamente lutam pela demarcação de suas terras e ao mesmo tempo expressa seu pesar às famílias daqueles que foram vitimados nos conflitos. Responsabilizamos o governo pelas violências em função de sua omissão e negligência, uma vez que as autoridades eram sabedoras da situação de conflito e nada fizeram, a não ser protelar suas decisões.

Chapecó, Santa Catarina, 29 de abril de 2014.

Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul

Conselho de Missão entre os Povos Indígenas

Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS



Conflitos e Violência atingem povos indígenas e comunidades tradicionais

SÍTIO CIMI, 29.04.2014

O número de conflitos no campo em 2013 apresentou um pequeno recuo em relação a 2012. Foram registrados 1.266 conflitos, quando, em 2012, foram 1.364. Este número menor refere-se a conflitos por terra, que declinaram de 1067, para 1007; conflitos trabalhistas, 182, em 2012, 154, em 2013; outros conflitos de 36 para 12. O número de conflitos pela água é que apresentou considerável crescimento de 32%, de 79, em 2012, para 104, em 2013.

Já em relação ao número de violências contra a pessoa, o número de assassinatos apresentou um pequeno declínio de 36, para 34. Também recuaram os números de tentativas de assassinato de 77, para 15; de ameaçados de morte, de 241 para 195. Em contraposição o número de presos teve aumento de 99 para 143, e de agredidos saltou de 88 para 243. O que chama a atenção nestes dados é o envolvimento das populações indígenas nestes conflitos, que se tornam um clamor por justiça. Das 1.266 ocorrências relacionadas ao conjunto dos conflitos no campo no Brasil, 205 estão relacionadas aos indígenas. 154 referem-se a conflitos por terra ou retomada de territórios e 11 a conflitos pela água.

No quadro de violências, das 829 vítimas de: assassinatos, ameaças de morte, prisões, intimidações, tentativas de assassinato e outras, 238 são indígenas. Das 34 mortes por assassinato, 15 são de indígenas. São também indígenas 10 das 15 vítimas de tentativas de assassinato, e 33 das 241 pessoas ameaçadas de morte. Não se tem registro de situação semelhante em outro momento dos 29 anos que a CPT publica o relatório Conflitos no Campo Brasil.

Os estados que lideram o ranking da violência contra os indígenas são: Mato Grosso do Sul e Bahia. O Mato Grosso do Sul destaca-se: 15 foram ameaçados de morte, 7 sofreram tentativa de assassinato, 3 foram assassinados, 8 presos. 100% dos assassinados e dos que sofreram tentativa de assassinato são indígenas. Também 100% dos assassinados em Roraima são indígenas.

Na Bahia, dos 6 assassinatos, 4 são de indígenas e das 3 tentativas de assassinato, 1 é contra indígena, além de 3 ocorrências de ameaça de morte. Chama atenção o alto índice de violência incidente sobre as lideranças indígenas, com 34 ocorrências relacionadas a ameaças de morte, 26 a tentativas de assassinato e 4 assassinatos.

Em 2013, porém, os povos indígenas não foram simplesmente vítimas de ações violentas. Eles protagonizaram 61 ações de retomada de seus territórios, entre as 230 registradas. 20 destas ações se registraram na Bahia e 30 no Mato Grosso do Sul. Fatos que desconstróem a noção de passividade dessas populações.

Além disso, os indígenas multiplicaram de Norte a Sul do País suas manifestações. Foram 156, envolvendo 35.208 indígenas. Por diversas vezes o canteiro de obras da Hidrelétrica de Belo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Monte, no Pará, foi ocupado; os índios Munduruku da região do Tapajós, no Pará, queimaram documento que lhes foi enviado por representantes do governo federal, que se negavam a encontrar-se com eles numa aldeia, como eles exigiam. Por dias consecutivos, no Paraná e no Rio Grande do Sul, os índios protestaram contra a suspensão dos processos de reconhecimento e demarcação de suas terras, bloqueando diversas rodovias, ocupando a sede do PT no Paraná, fazendo protestos diante do Palácio do governo no RS.

A ação que mais chamou a atenção foi a ocupação do Plenário da Câmara dos Deputados, quando exigiam a suspensão da Proposta de Emenda Parlamentar (PEC) 215/00, que propõe transferir a competência pela demarcação das terras indígenas da Presidência da República para o Congresso, e de outros projetos de lei, portarias e decretos, que pululam no Congresso, contra os direitos adquiridos.

Informações:

Cristiane Passos (62) 4008-6406 / 8111-2890 / 9268-6837

Antônio Canuto (62) 4008-6412



Juruna, Babau, e o Papa – Quem não deve não teme

SÍTIO CIMI, 29.04.2014

Egon Heck,
Secretariado do Cimi

Sexta feira santa de 2014. Babau Tupinambá é condenado ao silêncio. Impedido de deixar o país. Seu território está militarizado e sua luta pela terra criminalizada. "Querem me impedir de todas as formas de ir para o encontro com o Papa. É uma rede contra a demarcação das terras Tupinambá, contra os indígenas. Não querem que denunciemos ao mundo o que se passa aqui. Isso não é democracia, é ditadura. Como pode se instalar um Estado de Exceção assim, sem mais nem menos?", questiona cacique Babau.

Babau iria ao Vaticano a convite feito pela CNBB para que participasse de uma celebração relativa à canonização do padre José Anchieta. Na oportunidade, o Babau levaria ao papa documentos e mensagens sobre a questão indígena no Brasil, denunciando violações de direitos humanos e a paralisação da demarcação de terras.

A história se repete

Novembro de 1980. A ditadura impede Juruna de deixar o país. Fora convidado a participar do Tribunal, em Rotterdan, na Holanda. O impedimento da viagem de Juruna desencadeia uma reação ampla do movimento indígena e indigenista e seus aliados, em nível nacional e internacional. Neste IV Tribunal Russel estavam sendo denunciadas as violações aos direitos humanos das populações indígenas das Américas. A maioria dos países estavam mergulhados em ditaduras civis-militares.

Travaram-se verdadeiras batalhas jurídicas, estando de um lado o governo através da Funai e Ministério do Interior impedindo a viagem de Juruna, e do outro lado Juruna, movimento indígena e seus aliados, impetrando habeas corpus para viabilizar a viagem à Holanda.

Finalmente por quinze votos a nove o Tribunal Federal de Recursos concedeu habeas corpus ao cacique Xavante Mário Juruna e reconheceu seu direito de representar o Brasil no Tribunal Bertrand Russel, atestando a "ilegalidade e o abuso de poder do ministro do Interior Mario Andreazza que negara autorização para o índio sair do país".

Juruna chegou no último dia do encontro, sendo recebido com flores e empossado como presidente das últimas sessões do Tribunal. A tutela fora nocauteada. Porém, só seria superada na Constituição de 1988 e seus resquícios são enfrentados ainda hoje.

Genocídio dos índios no Brasil é levado ao Vaticano

CONT.



"O etnólogo Frances Christian Delorme, membro do Comitê da Escravatura, informou o Vaticano sobre o assassinato em massa de índios em diversos países latino-americanos. O relatório diz que no tempo do Serviço de Proteção do Índio (SPI), quando era diretor o major Luis Vinhas (já na ditadura militar), este inverteu em seu benefício 300.000 dólares, além de ser responsável pela morte de 42 indígenas... Já não é um ou vários indivíduos monstruosos cujos atos são denunciados. Trata-se da destruição coletiva de várias comunidades étnicas, organizada sistematicamente por uma administração oficial". (Folha da Tarde, Porto Alegre, 4-03-1970).

Já no ano de 1968, com a publicação do "Relatório Figueiredo" e a CPI do Índio - 1963, o Brasil e o mundo ficaram surpresos com as vultuosas barbaridades cometidas contra os índios no Brasil. Logo as reações nacionais e internacionais se fizeram sentir. "De Genebra, na Suíça, a Comissão Internacional de Juristas pediu ao governo brasileiro para tomar as mais enérgicas providências contra os responsáveis pelo assassinato em massa de índios. Como resultado das corajosas descobertas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, o mundo chocou-se ao saber que tribos inteiras de índios, que viviam em certas regiões do interior do Brasil – em particular nas áreas da Bacia Amazônica e no Mato Grosso estavam sendo exterminadas a vários anos. Os métodos empregados foram excepcionalmente bárbaros: bombardeios de aldeias por aviões, inoculação de varíola e outras doenças contagiosas. Embora não seja possível fornecer números com certeza, pode-se declarar que todos os elementos de genocídio estiveram presentes..." (Estado de Minas, 19/09/68).

Denúncias semelhantes foram apresentadas ao Papa Paulo VI em julho de 1980. Recentemente o presidente do Cimi, D. Erwin Krautler e o assessor teológico da entidade, Paulo Suess, entregaram ao papa Francisco um documento com as graves violações do direitos indígenas, que infelizmente continuam acontecendo.

Como diz o ditado popular "quem não deve não teme!". Esperamos que a luta dos povos indígenas e seus aliados faça o Estado brasileiro reconhecer os direitos indígenas, demarque e proteja os seus territórios, antes mesmo que comece a rolar a bola na Copa do Mundo. E que os Tupinambá, vítimas primeiras da secular invasão, tenham finalmente suas terras demarcadas e possam viver em paz.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Extrativistas quilombolas e indígenas poderão receber sua DAP através do IEF
SÍTIO AGÊNCIA AMAPÁ DE NOTÍCIAS, 29.04.2014

Marcelle Nunes
nunescelle@gmail.com
Da Redação - Agência Amapá

A Declaração de Aptidão da Agricultura Familiar (DAP), uma espécie de identidade do agricultor para acessar as políticas públicas do Governo Federal, passará a ser emitida também pelo Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF).

Para capacitar os técnicos do Instituto, a Coordenadoria Técnica Florestal (CTF) promoveu um dia de oficina a quarenta servidores de extensão rural que trabalharão diretamente na emissão desses documentos. A capacitação aconteceu nesta terça-feira, 29, em Macapá, e reuniu representantes dos cinco escritórios regionais do órgão.

O projeto de emissão de DAP do IEF visa a ampliação de atendimento à demanda de produtores extrativistas, quilombolas, comunidades tradicionais e indígenas do Estado do Amapá, permitindo o acesso às políticas de inclusão produtiva e rural do Governo Federal, especialmente as que compõem o Plano Brasil Sem Miséria. O IEF pretende alcançar 750 produtores agroextrativistas e nove organizações sociais desse mesmo público.

Durante a oficina, representantes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) mostraram como será gerido o recurso para o projeto. "A partir desse convênio com o ministério o recurso é federal e único, e toda a execução financeira tem de ser feita baseando-se na legislação federal, por isso estamos aqui para explicar esses procedimentos aos técnicos, permitindo que o recurso seja aplicado corretamente", explicou Maria Olivia Gama Vidal, do MDS.

Representantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (Rurap) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) também participaram da oficina como órgãos parceiros na emissão de DAP no Amapá.

"A interação foi muito importante nessa oficina, essa junção de técnicos das esferas estaduais e federais favorece o acesso do agricultor ao documento tão importante para alavancar a produção agrícola do Amapá", disse Renato Mendes, representante do ICMBio.

Metodologia

A DAP tem validade de três anos e, para ser emitida, o agricultor precisará receber em sua propriedade um técnico extensionista do IEF, o qual iniciará o processo de levantamento de informações e cadastro federal. O procedimento para a emissão é voluntário, declaratório e sem custo.

CONT.



Classificações

Como a DAP é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Rural e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, podem ser identificadas as seguintes classificações:

DAP Principal – é a DAP utilizada para identificação e qualificação da Unidade Familiar de Produção Rural

DAP Acessória – é a DAP utilizada para identificação dos (as) filhos (as) e das mulheres agregadas a uma unidade familiar de produção rural e devem, obrigatoriamente, estar vinculadas a uma DAP Principal.

DAP Jurídica – é a DAP utilizada para identificar e qualificar as formas associativas das Unidades Familiares de Produção Rural organizadas em pessoas jurídicas.

Como um dos focos do projeto é alcançar as comunidades extrativistas quilombolas do Amapá, participaram da oficina os técnicos da Secretaria Extraordinária de Políticas Afrodescendentes, junto com Neucirene Almeida de Oliveira, gestora da pasta, que ressaltou a importância desse documento que será expedido pelo IEF.

"Esse projeto do IEF veio em um momento muito oportuno porque as comunidades estão acessando o programa Minha Casa, Minha Vida Quilombola, e um dos critérios para admissão nessa política é a detenção do DAP, então o IEF facilita esse caminho a partir de agora", concluiu a secretária.

Segundo Rafaella Damasceno, coordenadora técnico-florestal do IEF, a oficina faz parte de um processo de capacitações executado há um ano com a equipe técnica do IEF. "Todos os nossos técnicos estão aptos para emissão dessa declaração, nessa oportunidade da oficina aproveitamos para interagir e esclarecer dúvidas gerais", disse.

Serviços

Os interessados em adquirir a Declaração podem procurar os escritórios regionais do IEF em Laranjal do Jari, Tartarugalzinho, Bailique, Porto Grande e Mazagão, ou a sede do Instituto, na Avenida Procópio Rola, no Centro de Macapá.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Fesac e Renap firmam parceria para criação de cursos em Direito Indígena

SÍTIO FESAC, 29.04.2014

A diretoria da Fundação Escola Superior de Advocacia do Estado do Ceará (Fesac) esteve reunida na manhã desta terça-feira (29), na sede da fundação, com integrantes da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap), Rodrigo de Medeiros, Julianne Melo e Miguel Rodriguez.

Na ocasião, o diretor executivo da Fesac, Vanilo Carvalho, e a coordenadora de especializações, Patrícia Marla, receberam a proposta para a criação de cursos direcionados para a temática indígena. De acordo com Vanilo Carvalho, o ensino do Direito tem que ser sempre na direção a contribuir na construção de uma sociedade mais igualitária, tendo por base o princípio constitucional da igualdade.



Justiça suspende licença de usina em MT por causar impacto à indígenas Munduruku e Apiaká

SÍTIO G1, 29.04.2014

*Usina deverá ser implantada no rio Teles Pires e afetaria três reservas.
Multa para o descumprimento da decisão foi fixada em R\$ 500 mil.*

Carolina Holland, Do G1 MT

A Justiça Federal em Mato Grosso determinou a suspensão do licenciamento da Usina Hidrelétrica São Manoel, no rio Teles Pires, na divisa do estado com o Pará, por conta do impacto aos indígenas da região. O empreendimento está previsto para ser implantado a 1 km da Terra Indígena (TI) Kayabi, e próximo das reservas de Munduruku e Apiaká do Pontal. A multa para o descumprimento da decisão aos réus da ação – a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e o Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) – é de R\$ 500 mil. A decisão é do juiz federal Ian Presser, substituto no exercício da titularidade da 1ª Vara Federal no estado, e atende a ação do Ministério Público Federal (MT).

A assessoria de imprensa do Ibama informou ao G1 que ainda não foi notificada da decisão. A reportagem entrou em contato com a assessoria da EPE, mas, até a publicação desta matéria, não obteve resposta. A usina fica entre as hidrelétricas Teles Pires e Foz do Apiacás.

O magistrado argumenta que a suspensão é viável para evitar o avanço do processo de licenciamento, impedindo que a construção cause danos aos indígenas, como o aumento na competição por recursos naturais – elevando a tensão entre os próprios índios. Os problemas seriam ainda maiores, argumenta o juiz, para os que vivem de forma isolada, no caso os da reserva Apiaká do Pontal, que poderiam ser contaminados por doenças como leishmaniose, dengue, febre amarela e malária, causando possíveis epidemias. Os prejuízos citados por Presser constam do Estudo de Componente Indígena, feito pela EPE.

O juiz defende que é preciso gerar energia elétrica, mas que isso não pode ser feito sem preservar e respeitar os direitos das comunidades indígenas, que são afetadas direta e indiretamente. “Os índios isolados possuem relação intrínseca com a terra e o meio ambiente em que vivem. Por isso, a invocação do princípio da precaução”. O princípio em questão tem o objetivo de garantir a atuação cautelosa nas intervenções ao meio ambiente e evitar impactos ambientais e socioculturais.

Presser sustenta que a região é ‘tensa e frágil’ e que a UHE vai desencadear conflitos e piorar os já existentes, porque vai provocar aumento da população e tende a estimular atividades como pecuária, turismo, pesca, garimpo, extração de madeira e compra e venda de terras. “Todavia, a tendência é que este impacto seja mais intenso na fase de implantação, em função da presença de um maior número de trabalhadores e da realização simultânea de diversas atividades”, diz outro trecho da decisão.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

O magistrado afirma que a expedição de licença prévia e realização de leilão – essa última ocorrida em dezembro de 2013 – são ‘ilógicas’ e ‘açodadas’ do ponto de vista da precaução, porque não foram feitos esforços para resolver problemas como o impacto às reservas indígenas.



IEB e Funai planejam ações em conjunto para a região do sul do Amazonas em 2014
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014

Representantes do Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e lideranças indígenas do sul do Amazonas se reuniram nos dias 23 e 24 de abril para fazer o planejamento do plano de trabalho do Termo de Cooperação Técnica entre as duas instituições. O IEB trabalha com a Funai desde 2008 atuando no processo de construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

“Essa parceria começou de forma mais concreta justamente no processo de construção e elaboração da política. Mais recentemente esse processo se consolidou e provocou a necessidade de criar esse acordo de cooperação técnica em função dos cursos de formação continuada para a implementação da PNGATI”, contextualizou Jaime Siqueira, coordenador geral da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM).

O Termo de Cooperação Técnica foi assinado em janeiro e tem duração de três anos. Os temas discutidos são formação, gestão territorial e ambiental e fortalecimento institucional na região do sul do Amazonas, uma das áreas de atuação do IEB. “O termo de cooperação formaliza a relação de parceria, oferece segurança jurídica e cobertura ao desenvolvimento de atividades que são planejadas conjuntamente”, explicou Henyo Barretto, diretor acadêmico do IEB.

Para Evanizia Santos, coordenadora regional da CR Alto Purus, “a Funai e o IEB vão poder estar consolidando nesse instrumento uma parceria e vai proporcionar um plano de trabalho com um conjunto de ações”. “É um momento muito importante para a Funai estar estreitando esse diálogo com os parceiros para implementar a PNGATI”, disse Raimundo Parintintin, chefe da Coordenação Técnica Local (CTL) da CR Madeira.

Na opinião de Zé Bajaga Apurinã, cacique e coordenador executivo da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp), “o acompanhamento das coordenações regionais da Funai e das organizações indígenas no processo é diferente e muito bom porque a gente toma conhecimento do que está acontecendo.”

“É importante porque a Funai com essa função de articuladora vai ter que celebrar vários termos de cooperação para poder ter parceiros qualificados e com notório saber na relação indigenista”, explicou Armando Soares, coordenador regional da CR Médio Purus.

Premiada indígena peruana que evitou construção de represas na Amazônia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014



Por AFP

Ruth Buendía Mestoquiari, líder da tribo ashaninka, foi premiada em San Francisco (Califórnia, oeste), por evitar em 2010 a construção de duas hidrelétricas na Amazônia peruana – uma delas a cargo da Odebrecht – que teriam provocado o deslocamento de milhares de indígenas.

“A coragem foi o que me levou a fazer tudo isto”, afirmou Buendía ao receber, na segunda-feira, o prêmio concedido pela organização ambiental americana Goldman.

Em 2010, Lima e Brasília assinaram um convênio para a construção de 15 represas no Peru, algumas delas no rio Ene – que, junto com outros afluentes, dá origem ao Amazonas – para, posteriormente, enviar a energia ao território brasileiro.

Buendía, que na ocasião já presidia a organização CARE (Central Ashaninka do Rio Ene), denunciou que seu país havia aprovado os acordos violando um tratado da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que obriga os governos a consultarem comunidades indígenas para a construção de instalações em seu território.

A líder indígena, de 37 anos, conseguiu unir seu povo contra as hidrelétricas, usando entre outros meios, a exibição de simulações digitais, que mostravam a eventual catástrofe ambiental e o deslocamento de cerca de 1.500 famílias ashaninka que as represas teriam desencadeado.

No final deste ano, o governo peruano anunciou a suspensão do projeto Pakitzapango e, meses depois, a Odebrecht abandonou o do Tambo 40, alegando a necessidade de respeitar as comunidades locais.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Os ashaninka – que vivem da agricultura, da pesca e da caça – sofreram deslocamentos forçados quando a guerrilha do Sendero Luminoso se instalou em suas terras. Milhares deles foram assassinados, como o pai de Buendía, enviada a Lima para escapar da violência.

Ela reivindicou a importância da educação para enfrentar “o narcotráfico, e a extração de petróleo e gás” que ameaçam seu território.

A indígena peruana disse que investirá os 175.000 dólares do prêmio na educação de seus cinco filhos e no financiamento da organização que preside.

Junto com ela também foram premiados Desmond D’Sa, da África do Sul; Ramesh Agrawal, da Índia; Helen Holden, dos Estados Unidos; Suren Gazaryan, da Rússia; e Rudi Putra, da Indonésia.



Nota da Aty Guasu sobre a violação dos direitos indígenas pela Justiça e pelo governo do Brasil

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.11.2013

Essa nota da Aty Guasu dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul visa destacar a continuidade da violação de direitos indígenas promovida pela justiça brasileira e pelo governo do Brasil em 2014.

Frente à notícia de prisão da liderança Babau Tupinambá, as lideranças dos povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul relembram dos fazendeiros assassinos das lideranças indígenas do MS que estão livres, sem julgamento, sem punição, sobretudo se encontram em liberdade, explorando as terras indígenas já declaradas pelo governo, sendo protegidos pelo poder político e econômico.

Claramente a justiça do Brasil não investiga e nem julga os assassinos das lideranças indígenas. Por quê? Mas justiça manda atacar e prender injustamente as lideranças indígenas.

Durante a 2ª Sessão da audiência Pública de Violações de Direitos Indígenas lideranças recordamos a trajetória de luta e de vida de todos os heróis indígenas que lutaram e morreram pela recuperação das terras indígenas. Foram assim mencionados os nomes da maioria das lideranças Guarani e Kaiowá assassinadas pelos fazendeiros no contexto da luta pela demarcação de terras indígenas tradicionais. Os fazendeiros assassinos confessos não estão presos e nem são julgados. Veja abaixo transcrito:

Em 1983, o líder Marçal Tupã'i foi assassinado pelos fazendeiros.

30 anos do assassinato de Marçal de Souza – Tupã'i – crime prescreveu; assassinos estão soltos,

Em 2001, liderança Samuel Martins foi assassinada pelos fazendeiros.

13 anos do assassinato de Samuel Martins – os mandantes fazendeiros e assassinos estão livre e sem julgamento.

Em 2003, liderança Marco Veron foi assassinado pelos fazendeiros.

11 anos do assassinato de Marcos Veron – mandante fazendeiro Jacinto Honório sem julgamento e está livre, continua financiando a ameaça de morte das lideranças.

Em 2005, líder Dorival Benites pelos fazendeiros.

8 anos do assassinato de Dorivalino Rocha – os mandantes fazendeiros e assassinos sem julgamento, continuam financiando a ameaça de morte das lideranças.

Em 2007, rezadora Churite Lopes foi assassinada pelos fazendeiros.

7 anos do assassinato de rezadora Churite Lopes e Ortiz Lopes – assassinos sem julgamento, os fazendeiros continuam financiando a ameaça de morte das lideranças.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Em 2009, o Genivaldo e Rolindo Vera foram assassinados pelos fazendeiros.

4 anos do assassinato de Rolindo Vera e Genivaldo Vera – assassinos sem julgamento, os fazendeiros continuam financiando a ação de genocídio e a ameaça de morte das lideranças.

Em 2011, Teodoro Ricardi foi Assassinado pelos fazendeiros.

3 anos do assassinato de Teodoro Ricardi – assassinos sem julgamento

Em 2011, a liderança Nizio Gomes foi assassinado pelos fazendeiros.

2 ano do assassinato de Nizio Gomes – assassinos sem julgamento, os fazendeiros continuam financiando a ameaça de morte das lideranças.

1 anos do desaparecimento de Eduardo Pires – buscas nunca foram feitas

1 anos de assassinato de menino Denilson Barbosa pelo fazendeiro Orlandino, o fazendeiro confessou “eu matei o índio” e está livre, esse assassino sem julgamento.

30 de maio de 2014, vai completar um ano de assassinato de Oziel Terena, assassino sem julgamento.

VÁRIOS INDÍGENAS GUARANI E KAIOWA FORAM ATROPELADOS PELOS FAZENDEIROS, NENHUM ASSASSINO ESTÁ SENDO INVESTIGADO E PUNIDO PELA JUSTIÇA

A COMUNIDADE GUARANI E KAIOWA DE APYKA’I PODE SER DESPEJADA PELA POLÍCIA FEDERAL EM QUALQUER MOMENTO.

Nós, lideranças dos povos indígenas, Terena, Kinikinauwa, Ofaie, Guató, Kaiowá e Guarani, reunidos em mais uma Aty Guasu (Grande Assembleia), entre os dias 24 e 26 de abril de 2014, na audiência Pública, município de Dourados, com mais de 400 representantes de nossas comunidades, avaliamos a posição e ação da justiça brasileira contra os povos indígenas, concluímos que a justiça e o governo brasileiro estão praticando genocídio formal contra os indígenas. Por isso denunciamos mais uma vez a toda a sociedade nacional e internacional a situação de violência pela qual passaram e ainda passam nossos povos e lideranças indígenas do Brasil. Pedimos à justiça a punição aos fazendeiros assassinos. Visto que na última semana em vez de punir e julgar os assassinos dos líderes indígenas a JUSTIÇA DO BRASIL ESTÁ MANDANDO atacar e PRENDER AS LIDERANÇAS INDÍGENAS. ESSA É INJUSTIÇA TOTAL CONTRA OS POVOS INDÍGENAS.

ATY GUASU LUTA CONTRA O GENOCÍDIO



Arpinsul se manifesta diante dos conflitos entre agricultores e indígenas no RS
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014

Mais um episódio da omissão e morosidade por parte do poder público, que constantemente vem ocasionado conflitos relativos às questões territoriais dos Povos Indígenas, bem longe de se resolver pelo desleixo político e pela ratificação do poder e manipulação do agronegócio e do neodesenvolvimentismo.

A região sul tem sido um cenário bem explícito da truculência e persistência preconceito e violação dos direitos territoriais e consequentemente a indignação e revolta das comunidades indígenas que não suportam mais tanta demora na solução dos problemas sociais fundiários. Ver tantas famílias Kaingang e guarani jogadas a própria sorte na beira das estradas há anos, tantas crianças em extrema vulnerabilidade e tantos velhos vendo o fim de seus dias sem esperança de reconquistar suas terras roubadas na colonização e pela expansão agropecuarista.

A tensão e reação entre indígenas e agricultores no município de Faxinalzinho – RS e a morte dos 2 agricultores é só mais um exemplo de causa e efeito deste problema que ninguém do poder público quer assumir de verdade e deixam a mercê para que os conflitos se acirrem cada vez mais e promove ainda a opinião pública e agentes anti-indígenas para aumentar ainda mais o preconceito contra os indígenas da região.

O caso deve ser averiguado sim, mas o governo tem que entender que isso é uma consequência da sua própria falta de vontade política de assistir e atender de fato a questão indígena, regularização fundiária, do fortalecimento dos órgãos oficiais indigenistas, parar de ficar inventando “moda”, querendo a todo custo mudar a legislação e manipular os direitos indígenas para atender os anseios políticos e econômicos.

Caso contrário, a sociedade irá assistir ainda por muitos anos tantas mortes e violência no campo por conta da vergonhosa e histórica falta de respeito aos índios brasileiros e desrespeito também a própria Constituição Brasileira.

Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – ARPINSUL

Curitiba, 29 de abril de 2014.

UFOPA: Seminário discute hidrelétricas no rio Tapajós, 08/05

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014



Comunicação UFOPA

O Movimento Tapajós Vivo e a Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE) da UFOPA promovem, no próximo dia 8 de maio, o seminário "Hidrelétricas no Rio Tapajós: Desastres e Ameaças aos Povos e Comunidades Tradicionais", no Auditório Wilson Fonseca, Câmpus Rondon da UFOPA.

O evento contará com diversos painéis de exposição que objetivam discutir e mobilizar a sociedade com relação aos grandes projetos propostos pelo Governo Federal para a região do Tapajós. O credenciamento para o seminário ocorrerá no próprio dia 8, a partir das 8h.

Baixe a programação e a ficha de inscrição clicando AQUI

(http://www.ufopa.edu.br/arquivo/prog_folder/2014/abril/cartaz-hidreletrica-o-rio-tapajos-folder-atualizado).



Quilombolas protestam na porta do TJMG, no Centro de BH

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.04.2014

Grupo se manifesta contra a condenação de cinco quilombolas acusados de assassinato em 2012

Luana Cruz - Estado de Minas

Quilombolas de Brejo dos Crioulos, comunidade do Norte de Minas Gerais, fazem uma manifestação nesta terça-feira em frente ao prédio do Tribunal de Justiça de Minas (TJMG) na Rua Goiás, Centro de Belo Horizonte. Segundo a Polícia Militar (PM), são cerca de 50 pessoas protestando contra a condenação de cinco quilombolas acusados de assassinato. O grupo pede a nulidade do processo.

Conforme a PM, o protesto é pacífico e não há interdições de trânsito. Advogados da Associação do Brejo dos Crioulos vai entrar com recurso para anulação da sentença na tarde desta quarta e os manifestantes ficarão na porta do prédio para apoiar ao advogados.

Os cinco quilombolas foram condenados pela morte de um jagunço durante confrontos no território ocupados por eles em 2011. Um decreto federal determinou a reintegração de posse para saída das famílias de um terreno no Norte de Minas e houve confusão no dia da retomada das terras.

Os quilombolas tiveram a prisão decretada 12 dias após o conflito. O homem morto seria funcionário do prefeito de Varzelândia, que também é fazendeiro na região. Em janeiro deste ano, cerca de 120 famílias quilombolas de Brejo dos Crioulos reocuparam a fazenda do prefeito. Desde então, o clima está tenso na região, com ameaças entre as partes, tiroteios e disputas.



Polícia investiga morte de irmãos em conflito indígena no Norte do RS

SÍTIO G1, 29.04.2014

*Testemunhas dizem que vítimas tentaram desobstruir estrada em protesto.
Coordenador da Funai pede mediação de Brasília para resolver caso.*

Reforços da Polícia Federal, da Polícia Civil e da Brigada Militar foram deslocados para Faxinalzinho, na Região Norte do Rio Grande do Sul para evitar novos confrontos entre índios e agricultores, como mostra reportagem do Bom Dia Rio Grande, programa da RBS TV (veja o vídeo).

Na segunda-feira (28), dois agricultores foram encontrados mortos próximo a uma área onde ocorreram manifestações de indígenas. O Coordenador Regional da Funai pediu à direção do órgão em Brasília que um representante venha até o estado para mediar o conflito. As vítimas são irmãos, e têm idades de 27 e 42 anos. Eles foram baleados com tiros de espingarda de calibre 12 e atingidos por facadas. Uma perícia foi realizada no local no final da noite.

A situação ainda é tensa na região. O agricultor Paulo de Moraes estava com as vítimas quando o tumulto começou. Ele conta que, juntos, abriram um dos bloqueios para que um caminhão carregado de ração pudesse passar. Em seguida, houve discussão entre os índios e os produtores. "Fiquei observando o movimento, e aí chegaram vários índios nessa região, fortemente armados, gritando pelo nome de alguém, que alguém aparecesse", relembra Moraes.

Os agricultores tentaram voltar para o local onde seus carros estavam estacionados, mas os veículos foram depredados. Testemunhas contaram que os dois irmãos foram perseguidos por um grupo de índios por cerca de 300 metros. O grupo teria ferido a dupla com facões, pauladas e atingidos por tiros de espingarda. A polícia ainda não confirma de quem eram as armas e quem atirou.

Os corpos dos agricultores foram encontrados próximos à estrada que liga Erval Grande a Faxinalzinho. O delegado Sérgio Luiz Zanatta, de São Valentin, investiga suspeitos pelas mortes. "Existem perfuração com armas cumpridas, alguns cartuchos de armas 12 e 28, mas não se sabe de quem eram essas armas", completou Zanatta.

Os índios caingangues da reserva do Votouro e do acampamento Candóia começaram os bloqueios na segunda-feira pela manhã. A comunidade agrícola onde os irmãos moravam ficou isolada. A família das vítimas e moradores do local ficaram abalados. Com medo, eles decidiram passar a noite juntos, em vigília.

"Estamos correndo risco, estamos tentando nos proteger. Eu não moro aqui, mas a gente está aqui para dar apoio e tentar amenizar a dor dessa família", falou, emocionada, a madrinha de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

uma das vítimas Lauredes Guerra de Araújo.

Por telefone, o cacique do acampamento Candoia, Deuclides de Paula, afirmou que este é um problema antigo entre índios e não-índios da região. Segundo ele, uma audiência para discutir a demarcação de terras no local já foi desmarcada duas vezes.

A polêmica da demarcação de terras também deixou o clima tenso em outros dois municípios do Norte do estado. Em Sananduva, cerca de 250 índios acamparam em um ginásio e no prédio de uma escola. De acordo com o grupo, parte da área do município pertence a uma reserva indígena. Em Gentil, um veículo da Secretaria Especial de Saúde Indígena foi retido por caingangues dentro de uma aldeia. Os quatro ocupantes do veículo foram liberados. Os índios protestam por melhor atendimento de saúde



Exposição revela o cotidiano e as particularidades das etnias indígenas do TO
SÍTIO JORNAL DO SENADO, 18.11.2013

O acervo de 48 fotografias em exposição, que ilustra o cotidiano e as peculiaridades dos povos indígenas, foi formado depois uma extensa pesquisa

Foi aberta nesta segunda-feira, 28, a exposição "Os povos indígenas do Tocantins – História e Memória". A mostra pode ser conferida no Museu Palacinho, em Palmas, até o dia 31 de maio, e revela detalhes de cada uma das sete etnias presentes no Tocantins.

O acervo de 48 fotografias em exposição, que ilustra o cotidiano e as peculiaridades dos povos indígenas, foi formado depois uma extensa pesquisa. De acordo com a curadora da exposição, Lídia Liberato Barroso, as fotos foram selecionadas para mostrar da melhor forma possível a representação dos indígenas. "Vários fotógrafos do estado contribuíram, nos enviando fotografias de todas as etnias. Além do material profissional, tem fotografias de professores indígenas que retrataram suas aldeias", ressaltou.

"É uma exposição extremamente rica. Dá pra perceber que é o resultado de uma pesquisa muito profunda e consegue retratar exatamente a riqueza da cultura indígena. Nós esperamos que a comunidade de modo geral, em todos esses dias de exposição, visite, mas, sobretudo, que os alunos e professores venham e possam realmente se aprofundar nos conhecimentos sobre essas culturas", ressaltou a secretária estadual da Educação e Cultura, Adriana Aguiar, durante abertura da mostra.

Conhecendo as etnias

Para a antropóloga e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Márcia Machado, que visitou a mostra, o Tocantins tem presença marcante da população indígena e a divulgação da cultura desses povos é fundamental. "Essa exposição retrata exatamente isso: a possibilidade de conhecer o povo indígena e suas diversas etnias. Marca também um processo importante, que é o de dar visibilidade a esses povos na nossa cultura, na nossa sociedade", frisou.

A dona de casa, Luisa Coelho Farias, é filha de Xerente, e também foi conferir a exposição. A mãe dela vivia em Balsas, no Maranhão, e fez parte do processo migratório da etnia para a cidade de Tocantínia, a 80 km de Palmas. "Gostei muito porque retrata um pouco do que é a cultura indígena, que é tão rica, tão cheia de detalhes", comentou.

O Tocantins possui atualmente uma população indígena aproximada de 13 mil pessoas, distribuída em 151 aldeias. Ao todo são sete povos, com território demarcado: Xerente (povo Akwê), Karajá, Javaé e Xambioá (povo Iny), Apinajé (povo Panhi), Krahô (povo Merí) e Krahô-Kanela.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Serviço

Exposição "Os povos indígenas do Tocantins – História e Memória"

Local: Museu Palacinho (Quadra 112 Norte, Avenida NS 10, Número 15 - Palmas)

Horário: das 9h às 17h, de terça a domingo

Período da mostra: 28/04 a 31/05

Entrada gratuita



Barra do Bugres receberá embarcação para assistência aos ribeirinhos

SÍTIO BARRA 1, 30.04.2014

As equipes da assistência social que desenvolvem ações nas comunidades ribeirinhas e indígenas de Barra do Bugres contarão nos próximos dias com mais uma importante ferramenta para auxiliar nos trabalhos.

Na última segunda-feira (28), no Centro de Eventos Pantanal, em Cuiabá, durante o 16º Encontro do Colegiado Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas), o prefeito de Barra do Bugres, Júlio Florindo, recebeu da ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, uma embarcação doada pelo governo federal.

Participam do encontro cerca de 2,5 mil gestores municipais, profissionais do Sistema Único de Assistência Social (Suas), conselheiros, representantes das três esferas de governo, entre outros. "Avaliando o Suas: um olhar sobre a gestão dos entes federados" é o tema em discussão.

A secretária de Desenvolvimento Social e Trabalho de Barra do Bugres, Roseny Junqueira, e servidores de sua pasta participam do encontro.

"Este barco irá facilitar bastante o atendimento e a assistência as comunidades ribeirinhas e indígenas", observou o prefeito, Júlio Florindo.



Vereadores apuram denúncias sobre ameaças a quilombolas contrários às desapropriações

SÍTIO JORNAL FOLHA DO SUL, 30.04.2014

Comissão da Câmara fará visita, hoje, na localidade das Palmas

A desapropriação de terras em prol de remanescentes quilombolas, na localidade das Palmas, vem gerando uma espécie de conflito interno. Ao menos é o que sugerem denúncias relatadas à esta coluna. Conforme apurado, moradores que seriam contemplados com medidas governamentais não estariam aceitando integrar o programa que prevê a criação de uma Associação Quilombola na região. O motivo é que, ao aderirem ao processo, os que já adquiriram terras anteriormente perderiam seus espaços e passariam, então, a usufruir dos locais de maneira coletiva, assim como orientado pela Associação.

Uma fonte confidenciou à reportagem que quem é contrário a aderir às medidas estaria sofrendo ameaças. "Quem é da Associação recebe benefícios e outros, às vezes mais pobres e necessitados, não recebem nada. O pior é que quem não concorda com a alteração, mesmo podendo ser contemplado, vem sendo pressionado", disse.

O fato, inclusive, foi levado à Câmara de Vereadores. Por este motivo, a Comissão de Educação, Cultura e Direitos Humanos realiza, na manhã de hoje, a partir das 10h, uma espécie de audiência para apurar os fatos. A atividade ocorre junto ao Armazem da Marta, localizado na estrada da Coxilha das Flores. O grupo de parlamentares é presidido por Geraldo Saliba (PTB) e também composto por Carlinhos do Papelão (PTB), Sônia Leite (PP), Omar Ghani e Lelinho Lopes (ambos do PT).

O vereador Antenor Teixeira (PP) foi quem recebeu as denúncias no legislativo e solicitou a averiguação por parte da Comissão. "A ideia é conversar com a comunidade e ver se os fatos são verídicos. Não integro esta Comissão, mas participarei da reunião", comentou o vereador.

Lembre

O processo prevê a instauração de uma área quilombola em Palmas surgiu em 2003. Com a instituição do decreto federal 4887, de 2004, foi estabelecido que remanescentes quilombolas, reconhecidos, poderiam definir a amplitude de seu território. Com base nisto, o governo faria a desapropriação das terras – mediando pagamento aos proprietários– e encaminharia os espaços para que os novos moradores usufríssem da produção, mesmo não sendo os seus donos.

Em Bagé, o processo gerou conflito, principalmente com produtores, em 2010. Na época, inclusive bloqueios em estradas foram efetivados quando os mesmos souberam que seriam visitados por representantes do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que, a partir disto, poderiam ver parte de suas terras desapropriadas.



Povos indígenas ocupam prédio da Funai em Guajará Mirim (RO)

SÍTIO CIMI, 30.04.2014

Os povos indígenas Oro Nao, Oro Waram, Oro Waram Xijein, Oro Mon, Jabuti, Cao Oro Waji, Oro Jowim, Oro Win, Oro Eo, Oro At, Makurap, Cabixi, Tupari, Canoé, Arikapu, Puruborá, Sakirabiat, Wayoro, Cujubim, Migueleno da região de Guajará Mirim e Nova Mamoré, em Rondônia, desde o ano passado, vêm reivindicando melhores condições de vida e garantia dos direitos constitucionais. Durante a 13ª Assembleia da Organização Oro Wari (realizada em dezembro de 2013), após avaliação e debate, os povos reunidos chegaram ao consenso de que é preciso urgentemente mudar a Coordenação atual da Fundação Nacional do Índio (Funai), pois esta não está respondendo aos anseios e necessidades dos povos desta região. Foi encaminhado, ainda no ano passado, um documento reivindicando esta mudança, porém a Funai está surda às solicitações dos povos.

Problemas como invasões de territórios por madeireiros, fazendeiros e outros, são denunciados à Polícia Federal, à Funai, Marinha, ao Ministério Público Federal, sem que providências sejam tomadas. A mesma situação de descaso e desrespeito ocorre em relação à educação e à saúde indígena, com os inúmeros fatos que ocorrem, que vai desde o mal atendimento e funcionamento da Secretaria Especial da Saúde Indígena (Sesai), até a falta de medicamento, a demora nas consultas, a falta de infra estrutura na Casa de Saúde Indígena (Casai) e outros problemas.

Não bastasse todos estes descasos, no mês de março de 2014, com as fortes inundações, o governo do estado de Rondônia, para ter uma via de acesso a Guajará Mirim, conseguiu junto à Justiça Federal a liberação da BR 421 – Estrada Parque, colocando em risco os povos indígenas que vivem em situação de isolamento voluntário nestas imediações, bem como o aumento das invasões nos territórios dos povos Karipuna e Wari.

As fortes chuvas e as inundações dos rios Madeira, Mamoré, Pacaás Novos e Guaporé, provocados pelo Complexo Hidrelétrico do Madeira, deixou mais de 250 famílias indígenas sem suas roças e casas. Pouco ou nada está sendo feito, no sentido de atender estas famílias. Somente em meados de abril, as famílias desabrigadas foram cadastradas pela Defesa Civil, sendo repassadas as cestas básicas à Funai, sem que até o momento, cheguem às famílias indígenas atingidas pelas inundações.

Diante destes descasos, no dia 28 de abril, indígenas de vários povos de Guajará Mirim se concentraram em frente ao escritório da coordenação local da Funai, ocupando o prédio. Segundo informações do Jornal Guajará Noticiais, o professor Milton Oro Nao, que mora na localidade de Capoeirinha, à beira do Rio Pacaás Novos, explicou que o movimento é pacífico e visa à substituição do atual coordenador a quem acusam de omissão com as causas indígenas. Além disso, eles reivindicam mais atenção nas áreas de saúde e educação e assistência às famílias atingidas pelas cheias que, segundo ele, estão abandonadas e entregues à própria sorte. Afirmar ainda, que "não existe prazo para saírem do local e que só o farão quando a

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

presidência da Funai, em Brasília, anunciar a demissão do atual coordenador e medidas para atender suas reivindicações”.

Os mesmos colocaram na pauta de demandas o tema da saúde, que é grave em Guajará Mirim e regiões, cestas básicas para atender os atingidos pelas enchentes e também a implantação de um Distrito Indígena em Guajará-Mirim, que hoje funciona em Porto Velho. De acordo com dados da Organização Wari, a população indígena na região de Guajará Mirim ultrapassa cinco mil indígenas.



Com rodovia ocupada por índios, PRF sugere desvio para motoristas na BR-060 em MS

SÍTIO MIDIAMAX, 30.04.2014

Dois pontos da BR-060, que liga Brasília (DF) a Bela Vista (MS), estão interditados.

De acordo com informações do inspetor Mariano, da Polícia Rodoviária Federal, os km 508 e 510 estão ocupados por indígenas que pedem melhorias nas estradas.

Quem vem do sul do Estado em direção a Campo Grande deverá fazer um desvio, passando por Jardim, Nioaque, entrando na BR-419 em direção de Aquidauana e então seguindo pela BR-262 até chegar à Capital.

Com o desvio, o motorista que for de Maracajú para Campo Grande, trecho de 154 quilômetros, aumentará o percurso em 244 quilômetros, rodando mais que o dobro do trajeto original.

A PRF ainda está no local desde as 9 horas desta quarta-feira (30) e tentam negociação com os indígenas.



Índios cobram pedágio em rodovia entre Rondônia e Mato Grosso

SÍTIO GAZETA CENTRAL, 30.04.2014

Em cartas para diversos órgãos públicos e jurídicos os indígenas dizem que desde a reabertura da BR 174, que passa no meio das terras deles, trouxe problemas e impactos de ordens diversas, especialmente em relação a degradação dos recursos naturais e cult

Índios da etnia Enawene-Nawe e Cinta Larga comunicaram que cobrarão pedágio dos motoristas na BR 174 no km 110, próximo a roda d'água como é conhecido o trecho da rodovia federal que liga Vilhena à cidade de Juína (MT).

Em cartas para diversos órgãos públicos e jurídicos os indígenas dizem que desde a reabertura da BR 174, que passa no meio das terras deles, trouxe problemas e impactos de ordens diversas, especialmente em relação a degradação dos recursos naturais e culturais.

Ainda segundo eles, essa rodovia motivou diretamente a exploração de madeiras e minérios e provocou a acelerada e forte ocupação do entorno com atividades do agronegócio, mineradoras, cidades, vila e assentamentos rurais. Com esses avanços, projetaram e projetam continuamente resíduos químicos nos rios que permeiam as aldeias.

Com base nesses e outros problemas, os índios Enawe-Nawe e Cinta larga, tomaram a decisão de cobrar pela passagem de trânsito dentro das reservas, cobrança que segundo os índios, visa compensar os danos causados aos povos em razão da referida BR desde o início até a presente reabertura.

A cobrança de pedágio na BR-174 será continua. Os valores já foram definidos pelos índios. Para veículos maiores será cobrado o valor de R\$ 50 (caminhão, carreta e ônibus), caminhonete R\$ 40, R\$ 30 para carros de passeio e R\$ 10 para motocicletas.



Sem solução hoje, índios ameaçam retomar invasões em Sidrolândia

SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 30.04.2014

Chega ao fim nesta quarta-feira (30) o prazo do acordo entre índios e Ministério da Justiça para a compra das terras que compõem a Reserva Indígena Buriti, situada em Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Com o fim da "trégua", os indígenas podem decidir por "novas retomadas" na próxima semana.

O impasse envolvendo o conflito fundiário, o reconhecimento de terras indígenas e a indenização aos produtores rurais por parte da União tem datas e prazos poucas vezes cumpridos.

Na última visita do assessor do Ministério da Justiça, Marcelo Veiga, a Mato Grosso do Sul, em fevereiro, uma nova data para a resolução dos problemas foi definida para 30 de junho, no entanto, os índios não aceitaram a extensão do prazo e continuam com a data de 30 de abril como prazo final.

O líder indígena Lindomar Terena explica que representante do Ministério da Justiça entrou em contato com as lideranças indígenas ontem (29) para justificar o não cumprimento do prazo. "Eles falaram que receberam o contra laudo dos produtores ontem e que iriam agilizar a análise do documento", diz.

O documento citado por Lindomar é um relatório feito por uma empresa privada contratada por produtores para que as 15 mil hectares da região fossem reavaliadas. Em um primeiro relatório, o valor ficou definido em R\$ 78 milhões, mas o documento dos produtores aponta um valor de R\$ 124 milhões.

Alheios aos números e trâmites entre produtores, governo e ministério, os indígenas marcaram para a próxima quarta-feira (7) e quinta-feira (8) a grande Assembleia Terena em Miranda, distante 201 quilômetros da Capital. No encontro que deve reunir mais de 500 índios, os caciques e líderes irão definir as próximas ações.



Decisão do STJ manda Cacique Babau não sair da aldeia, mas referencia pontos importantes na sua defesa (leia a íntegra)

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.04.2014

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Ter a certeza de que o Cacique Babau não será transportado para o sul da Bahia como prisioneiro, o que levava a sérias preocupações quanto à sua sobrevivência, foi a melhor notícia com a qual o Ministro Sebastião Reis Júnior nos brindou, no final da tarde de ontem. Entregar o passaporte, ter sua saída da aldeia na Serra do Padeiro dependente de autorização judicial e ser proibido de entrar em contato com os demais acusados me parece de bem menor importância, ante a vitória conseguida com a concessão do HC.

Há na decisão do Ministro do Superior Tribunal de Justiça pontos que refletem a aceitação das posições da defesa, envolvendo inclusive questionamentos claros ao processo que resultou na vergonhosa atitude determinada pelo Juízo da Vara de Una, Bahia. Além disso, o Ministro Sebastião Reis Júnior ressaltou o fato de o Cacique Babau estar incluído no Programa de Proteção dos Defensores dos Direitos Humanos (PPDH), que determina “controle permanente das (suas) atividades (...) e monitoramento permanente de toda a sua movimentação para fora da aldeia onde reside”. Traduzindo: as movimentações de Babau são acompanhadas por agentes do Programa. Teria o PPDH da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República participado como cúmplice em um assassinato?

Vale comemorar, mas vale igualmente continuarmos atentos, pois as ameaças estão longe de terem terminado. E isso só acontecerá quando a Constituição de 1988, que (vale repetir) estabeleceu prazo de cinco anos para a demarcação de todas as terras indígenas, começar a ser respeitada pelo governo brasileiro! Abaixo, a íntegra da decisão.

CONT.



Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 292.982 - BA (2014/0089618-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : ADELAR CUPSINSKI
IMPETRANTE : RAFAEL MODESTO DOS SANTOS
ADVOGADO : ADELAR CUPSINSKI
IMPETRANTE : ALESSANDRA FARIAS PEREIRA
IMPETRANTE : MICHAEL MARY NOLAN
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ROSIVALDO FERREIRA DA SILVA

DECISÃO

Foi ajuizado em favor de **Rosivaldo Ferreira da Silva** no Tribunal de Justiça da Bahia o HC n. 0006122-29.2014.8.05.0000, o qual não foi conhecido pelo plantonista, Desembargador Jefferson de Assis (fl. 22).

Sobreveio, então, o presente *writ*, em que os advogados Adelar Cupsinski, Rafael Modesto dos Santos, Alessandra Farias Pereira e Michael Mary Nolan alegam, em síntese, a desnecessidade da prisão cautelar do paciente, a incompetência da Justiça estadual para a apuração dos crimes, porquanto intimamente relacionados *com as disputas de terras entre índios e fazendeiros da região* (fl. 10) e a falta de fundamentação da decisão judicial.

No mesmo dia foi impetrado novo *writ* junto ao Tribunal de Justiça da Bahia, feito que recebeu o número 0006329-28.2014.8.05.0000 e que teve a liminar negada.

Requerem em caráter liminar a *imediata suspensão da decisão de prisão temporária do paciente em função da incompetência absoluta da Justiça estadual em processar o feito*. Requerem, ainda, a nulidade de todos os atos processuais realizados na Justiça estadual, a revogação da ordem de prisão temporária, expedindo-se o competente alvará de liberdade em favor do paciente, para possibilitar, inclusive, que possa cumprir sua agenda na cidade de Roma e Vaticano e a expedição de salvo conduto (fl. 17).

HB100
HC 292982

2014/0089618-0

Documento

Página 1 de 3

CONT.



Superior Tribunal de Justiça

Em 28/04/2014 os impetrantes juntam novos documentos - cópia da decisão que não conheceu da primeira impetração junto ao TJ/BA; cópia da decisão que indeferiu a liminar na segunda impetração (0006329-28.8.05.0000), entre outros.

É o relatório.

Entendo que é caso de se conceder a liminar reclamada, superando-se o obstáculo da Súmula 691 do STF.

Isto porque a decisão primeira que decretou a prisão ora questionada pouco ou quase nada se referiu ao paciente, tendo se limitado a fazer referências a depoimentos de não se sabe quem (o acesso a estes depoimentos, de forma surpreendente, está restrito à autoridade policial e ao ministério público apenas, excluindo-se a defesa) que vinculam o paciente àqueles que, suspeita-se, teriam efetivado o crime ou os crimes em apuração.

Não há qualquer notícia na decisão acima referida de que o paciente teria participado efetivamente do homicídio em tela. Na verdade há referência concreta da participação, inclusive com ameaças anteriores, de Cleildo e seus filhos, Pascoal, Cleriston e Clerison.

Ao mesmo tempo existem nos autos documentos (fls. 24 e seguintes) que demonstram que o paciente se encontra hoje incluído no Programa de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) criado pelo Decreto 6044/2007 e que tem por objetivo garantir a continuidade do trabalho do defensor, que promove, protege e garante os direitos humanos. Acrescento que tal programa impõe ao paciente controle permanente de suas atividades, como me foi informado diretamente pela Diretora do Departamento de Defesa de Direitos Humanos, Dra. Luciana Silva Garcia, e pelo Diretor da Secretaria Nacional de Articulação Social - Departamento de Diálogos Sociais, Dr. Fernando Antonio dos Santos Matos, monitoramento permanente de toda sua movimentação para fora da aldeia onde hoje reside.

HB100
HC 292982

2014/0089618-0

Documento

Página 2 de 3



Superior Tribunal de Justiça

Entendo, porém, que a liminar a ser concedida, pelo menos neste momento, não pode ser ampla, devendo ser imposta algumas cautelares:

1) deverá o paciente permanecer na aldeia onde reside, Serra do Padeiro, não podendo dela se ausentar salvo autorização expressa do juiz da Vara Criminal de Una;

2) deverá depositar no cartório da Vara Criminal de Una, Bahia, seu passaporte;

3) não poderá manter qualquer contato com as testemunhas do processo 0000064-82.2014.805.0267 bem como com os demais acusados (Cleildo Nascimento Sousa, Cleiton Teles Sousa, Cleriston Teles Sousa, Cledson Teles Sousa, Pascoal Pedro de Souza, Cristiano Santos Souza e os indivíduos conhecidos como Nino e Tonhão, cuja prisão também foi decretada).

Oficie-se à Secretaria Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos, responsável pela PPDDH e pelo monitoramento do paciente, na pessoa de seu Secretário, Dr. Gabriel dos Santos Rocha, dando ciência desta decisão bem como que comunique tanto a este Juízo como ao Juízo da Vara Criminal de UNA, Bahia, qualquer saída do paciente da aldeia de onde reside.

Comunique-se com urgência.

Solicitem-se as informações de praxe e após vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de abril de 2014.

MINISTRO ROBERTO REIS JÚNIOR



Julgamento de recurso de quilombolas é suspenso após pedido de vista
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.04.2014

Thaís Mota – Hoje em Dia

Um pedido de vista do desembargador da 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Jaubert Carneiro Jaques, adiou o julgamento do recurso que pede a nulidade do processo movido contra cinco quilombolas. Eles estão presos e são acusados de matar um pistoleiro durante um conflito de terra em 2011 na comunidade Brejo dos Crioulos, localizada nos municípios de Varzelândia, Verdelândia e São João da Ponte, no Norte de Minas.

Segundo informações do TJMG, a sessão foi suspensa antes de entrar no julgamento do mérito da ação. O desembargador Jaubert Carneiro pediu vistas durante a votação da terceira preliminar, em que a defesa dos réus alega que a denúncia oferecida contra os quilombolas não possui “lastro probatório mínimo”, ou seja, não teria provas suficientes contra os acusados. Ainda conforme o TJMG, a previsão é de que o recurso volte à pauta da 6ª Câmara na próxima terça-feira (6).

Nesta manhã, cerca de 50 representantes da Associação Quilombola de Brejo dos Crioulos realizaram uma manifestação em frente à sede do TJMG, no Centro de BH. Eles pediam a nulidade do processo e a liberdade dos réus e, alguns deles chegaram a acompanhar a sessão. No entanto, após a suspensão do julgamento, os quilombolas se dispersaram.

Criada há mais de 300 anos, a comunidade Brejo dos Crioulos abriga atualmente cerca de 500 famílias descendentes de escravos fugidos século XVIII. Em 2011, a presidente Dilma autorizou desapropriações de imóveis rurais abrangidos pelo território do quilombo e reconheceu a comunidade, mas até agora a propriedade da terra ainda não foi transferida para os moradores, o que tem aumentado os conflitos na região.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.



Justiça suspende obras da usina São Manoel

SÍTIO FOLHA DO ESTADO, 30.04.2014

A Justiça Federal barrou ontem o prosseguimento de serviços de instalação da usina hidrelétrica São Monoel, 19 dias depois de o Ministério de Minas e Energia liberar a concessão de trabalho. O projeto da hidrelétrica prevê instalação de equipamentos de captação d'água no rio Teles Pires, na divisa de Mato Grosso com o Pará.

A concessão foi leiloada no dia 13 de dezembro do ano passado, e teve como vencedor o Consórcio formado pelas empresas EDP – Energias do Brasil S.A. (66,67%) e Furnas Centrais Elétricas S.A. (33,33%).

Nesta terça (29), o TRF-1 (Tribunal Regional Federal da Primeira Região) acatou estudo desenvolvido pelo Ministério Público Federal (MPF) que afirma que haverá “impacto reversíveis” a povos indígenas, que vivem em áreas próximas ao Teles Pires, caso sejam instaladas barreiras no local. A liberação de espaço em áreas de reserva indígena foi outro motivo apontado pelo ministério para tentar suspender a construção da hidrelétrica.

“A construção [da usina] vai romper o isolamento e impactar direta e irreversivelmente os povos indígenas da TI [terra indígena] Apiaká do Pontal e Isolados, impedindo-se o direito das comunidades de conservar o autogoverno sobre o modelo de desenvolvimento que repute adequado”, apontou o relatório assinado pelo juiz da 1ª Vara Federal de Mato Grosso, Ilan Presser.

A suspensão dos serviços foi feita por uma ação civil pública ingressada pelo MPF, Ibama (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Mineráveis Renováveis) e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

Para explorar a energia hidrelétrica, o consórcio vencedor do leilão deverá pagar à União um montante de R\$ 2,7 milhões por uso de bem público e R\$ 17,19 milhões que serão pagos à União, ao Estado do Pará e aos municípios impactados, referentes à Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.

Conforme as empresas integrantes do consórcio, será necessário um investimento de de R\$ 2,92 bilhões para construção da hidrelétrica e dar início à captação de água para gerar energia.

A estratégia é construir um reservatório de regularização de vazões, que armazena água no período de chuvas e libera ao longo da época de estiagem, com desvio nos rios Teles Pires e Tapajós.



Índio Cidadão?

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.04.2014

Índio Cidadão? é um documentário sobre a luta das nações indígenas brasileiras pela conquista e manutenção dos direitos constitucionais conquistados na Constituinte de 1987/88. O filme resgata dois momentos-chave nesse processo: a campanha popular dos povos indígenas na Constituinte e o período de manifestações em Brasília contra os ataques legislativos do Congresso Nacional, com a ocupação da Câmara dos Deputados no Abril Indígena 2013 e a Mobilização Nacional Indígena em outubro do mesmo ano.

Ancorado em depoimentos e falas públicas de importantes lideranças indígenas, como o cacique Raoni Metuktire, Ailton Krenak, Sonia Guajajara, Davi Yanomami, Alvaro Tukano, entre outros, o filme traz episódios históricos e contemporâneos da luta indígena no debate político do Congresso Nacional, contando com elementos inéditos, fruto de intensa pesquisa de acervos públicos e privados.

O título Índio Cidadão?, em tom de pergunta, é uma provocação que convida o espectador a refletir e compreender a perspectiva dos povos originários acerca dos enfrentamentos políticos pela garantia dos direitos originários à terra e pelo respeito ao modo de vida tradicional. Por isso o filme, ao longo dos seus 52 minutos, é todo apresentado e narrado pelos índios, em especial pelo depoimento da liderança Valdelice Veron, que conduz o documentário. Sob constantes ameaças de morte e o despojo da terra tradicional, ela expõe o drama pelo genocídio que a sua nação, os Kaiowá Guarani, vivenciam há décadas no estado do Mato Grosso do Sul. Valdelice testemunhou o assassinato do pai, cacique Marcos Veron, durante o processo de retomada de sua terra Tekoha Takuara em 2003.

Índio Cidadão? é uma realização de 7G Documenta, Machado Filmes, Argonautas, 400 Filmes, BASE Coletivo Audiovisual, e conta com patrocínio do FAC – Fundo de Apoio à Cultura da Secretaria de Cultura do Distrito Federal.



Dois agricultores são mortos por indígenas em Faxinalzinho

SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO/RS, 30.04.2014

Conflito ocorreu na noite de segunda-feira, em Faxinalzinho, onde índios reivindicam há 12 anos demarcação de terras

Um grupo composto de 30 índios perseguiu e matou dois agricultores em Faxinalzinho, no Norte do Rio Grande do Sul, na noite desta segunda-feira, depois que as vítimas furaram um bloqueio de estrada mantido desde domingo. Segundo a Brigada Militar, os irmãos Anderson de Souza, de 27 anos, e Alcemar de Souza, de 36 anos, foram mortos a pauladas e a tiros na Linha Coxilhão, a 15 quilômetros da sede do município. Os indígenas estão acampados há 12 anos na região reivindicando a remarcação de terras.

De acordo com o capitão Mauri José Bergmann, da 4ª Companhia da Brigada Militar em Faxinalzinho, os agricultores queriam transportar uma carga de ração para a propriedade da família. A estrada estava bloqueada com árvores. Depois de desobstruir a rodovia e passar a carga, os produtores foram perseguidos e alcançados em casa pelo grupo. Após a execução, foram jogados em uma lavoura de milho à beira de uma ribanceira.

“Quando chegamos ao local, os indígenas estavam em fuga. Era um grupo grande, umas 30 pessoas. A princípio, as mortes foram provocadas por pauladas e tijoladas. Mas os corpos também tinham marcas de tiro de armas longas”, disse o capitão. O crime ocorreu em uma estrada vicinal conhecida como Coxilhão, na localidade de Nossa Senhora Aparecida. Segundo o oficial, a situação “está controlada”. A cidade de 2,9 mil habitantes fica a 433 quilômetros ao Norte de Porto Alegre. Ninguém foi preso.

A reserva do Votouro está em disputa há mais de uma década. Em março de 2002, um grupo de 150 índios acampou no local reivindicando a posse da terra. Desde então, os bloqueios são frequentes na região.

O coordenador da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Passo Fundo, Roberto Perin, lamentou as mortes e disse que o órgão “foi pego de surpresa” pela manifestação. “Já pedimos para Brasília a presença de especialistas em conflitos violentos para mediar a situação”, afirmou. A Funai já enviou dois técnicos ao Estado para acompanhar as investigações. O caso também já passou pela ouvidoria do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A Polícia Federal deve enviar um representante ao local para investigar as circunstâncias das mortes. Segundo relato do secretário de Administração do município, Júlio Pires Luz, a situação no local “está tensa”. A comunidade indígena, de acordo com ele, recebeu reforço de uma área demarcada de Benjamin Constant, município vizinho a Faxinalzinho. Segundo Luz, a demarcação de 2,7 mil hectares reivindicados pelos índios “arruinaria” a economia de

CONT.



Faxinalzinho, que tem como base a agricultura familiar. Nesta terça-feira, moradores fizeram uma manifestação em protesto pelas duas mortes.

O prefeito de Faxinalzinho, Selso Pelin (PPS), reclamou da “negligência” da União com a disputa de terras na região. “Pedimos reforço da Brigada Militar, porque sabíamos que os índios estavam armados e que o clima esquentaria. Pedimos providência à Promotoria Pública, mas infelizmente não deu tempo.”

A Justiça concedeu, em 2008, uma ação de despejo contra os indígenas, mas, até agora, a ordem não foi cumprida, segundo Pelin. O prefeito afirmou que os índios permitiram a passagem de apenas uma ambulância para auxiliar a família dos agricultores mortos. Entidades lamentam o ocorrido

Por meio de nota, o Comitê dos Atingidos por Desapropriações Quilombolas e Indígenas no Estado (Cadequi-RS) lamentou a morte dos produtores. “Não podemos aceitar, sob hipótese alguma, que a única forma de defender a integridade de nossas famílias e nossos bens é ter que agir pessoalmente, com as próprias mãos. Isto destruirá o equilíbrio e a organização de nossa sociedade, além de nos equiparar aos bárbaros selvagens”, diz o texto.

A Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (Farsul) também se manifestou sobre o assunto. “A tragédia é fruto de uma política indigenista equivocada, que precisa ser revista imediatamente, a qual hoje se baseia na obtenção de terras produtivas e legítimas, particularmente de pequenos produtores, em flagrante desrespeito do direito constitucional à propriedade privada pelo cidadão do campo”, destacou a entidade, em nota oficial.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), manifestou solidariedade às famílias e amigos e, ao mesmo tempo, repudiou qualquer tipo de violência.



Exposição revela o cotidiano e as particularidades de indígenas

SÍTIO PORTAL LJ, 30.04.2014

Foi aberta nesta segunda-feira, 28, a exposição "Os povos indígenas do Tocantins – História e Memória". A mostra pode ser conferida no Museu Palacinho, em Palmas, até o dia 31 de maio, e revela detalhes de cada uma das sete etnias presentes no Tocantins.

O acervo de 48 fotografias em exposição, que ilustra o cotidiano e as peculiaridades dos povos indígenas, foi formado depois uma extensa pesquisa. De acordo com a curadora da exposição, Lúcia Liberato Barroso, as fotos foram selecionadas para mostrar da melhor forma possível a representação dos indígenas. "Vários fotógrafos do estado contribuíram, nos enviando fotografias de todas as etnias. Além do material profissional, tem fotografias de professores indígenas que retrataram suas aldeias", ressaltou.

"É uma exposição extremamente rica. Dá pra perceber que é o resultado de uma pesquisa muito profunda e consegue retratar exatamente a riqueza da cultura indígena. Nós esperamos que a comunidade de modo geral, em todos esses dias de exposição, visite, mas, sobretudo, que os alunos e professores venham e possam realmente se aprofundar nos conhecimentos sobre essas culturas", ressaltou a secretária estadual da Educação e Cultura, Adriana Aguiar, durante abertura da mostra.

Conhecendo as etnias

Para a antropóloga e professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT), Márcia Machado, que visitou a mostra, o Tocantins tem presença marcante da população indígena e a divulgação da cultura desses povos é fundamental. "Essa exposição retrata exatamente isso: a possibilidade de conhecer o povo indígena e suas diversas etnias. Marca também um processo importante, que é o de dar visibilidade a esses povos na nossa cultura, na nossa sociedade", frisou.

A dona de casa, Luisa Coelho Farias, é filha de Xerente, e também foi conferir a exposição. A mãe dela vivia em Balsas, no Maranhão, e fez parte do processo migratório da etnia para a cidade de Tocantínia, a 80 km de Palmas. "Gostei muito porque retrata um pouco do que é a cultura indígena, que é tão rica, tão cheia de detalhes", comentou.

O Tocantins possui atualmente uma população indígena aproximada de 13 mil pessoas, distribuída em 151 aldeias. Ao todo são sete povos, com território demarcado: Xerente (povo Akwê), Karajá, Javaé e Xambioá (povo Iny), Apinajé (povo Panhi), Krahô (povo Merí) e Krahô-Kanela.

Serviço

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

Exposição "Os povos indígenas do Tocantins – História e Memória"

Local: Museu Palacinho (Quadra 112 Norte, Avenida NS 10, Número 15 - Palmas)

Horário: das 9h às 17h, de terça a domingo

Período da mostra: 28/04 a 31/05

Entrada gratuita



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

STJ concede liminar e Babau pode ser solto a qualquer momento

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 30.04.2014

O Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Sebastião Alves dos Reis Junior, concedeu liminarmente o pedido de soltura de Rosivaldo Ferreira da Silva. O Cacique Babau, como Rosilvado passou a se chamar depois que virou índio, esta preso a pedido da Justiça da Bahia por suspeita de envolvimento no assassinato do agricultor Juracy Santana.

Depois da prisão de Rosivaldo, ONGs indigenistas iniciaram um forte campanha de pressão sobre o Ministro Sebastião Junior para a soltura do meliante. Da mesma forma, índios da região sul ameaçaram iniciar uma onda de violência caso Babau permanecesse preso.

No final da segunda-feira(28), dois agricultores foram assassinados no Rio Grande do Sul e um primo de Juraci também foi assassinado no ultimo domingo, na Bahia.



Nota oficial do CIMI sobre a motivação do assassinato de agricultores no RS é mentirosa

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 30.04.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) acaba de soltar uma nota oficial na qual justifica o assassinato dos agricultores Anderson e Alcemar Souza, mortos ontem por índios kaingang no norte do Rio Grande do Sul. De acordo com o Cimi, os agricultores tentaram "afastar à força os indígenas" para liberar a via e ainda sequestraram e usaram como refém uma criança na tentativa de romper o bloqueio. Ainda de acordo com a nota do Cimi, "na perseguição, para resgatar o menino, houve um confronto e os dois ocupantes do caminhão acabaram mortos." É uma das mais canalhas notas oficiais que vistas pela equipe do Questão Indígena.

A história na criança é mentira. Uma invenção dos Cimi para transformar as vítimas em culpadas pelo próprio assassinato. Nenhuma das autoridades policiais que se manifestaram publicamente sobre o caso fez qualquer referência e esse episódio. Causa espanto que uma instituição ligada à igreja católica, subordinada diretamente à Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) recorra a um artifício imoral como este em um nota oficial.

Veja abaixo a íntegra da nota imoral do Conselho Indigenista Missionário. Decidimos transcrever a nota aqui no Qi diante da possibilidade que os pilantras que a escreveram a tirem do ar:

NOTA PÚBLICA acerca do conflito entre indígenas e agricultores no RS. E agora, ministro da Justiça?

Inserido por: Administrador em 29/04/2014.

Fonte da notícia: Cimi Regional Sul

Diante do descumprimento dos acordos e do modo desrespeitoso com o qual os indígenas estão sendo tratados pelo governo federal, comunidades Kaingang decidiram retomar, por conta própria, partes de seus territórios tradicionais. As lideranças das comunidades afirmam que, com essa ação, pretendem também chamar a atenção dos poderes públicos para que solucionem as demandas dos pequenos agricultores que se encontram sobre as terras a serem demarcadas.

Os Kaingang da TI Passo Grande do Rio Forquilha, localizada no município de Sananduva (RS), ocuparam na noite do dia 27 o salão paroquial da capela de Bom Conselho e parte de uma área, onde residem alguns agricultores. As lideranças anunciaram, de forma definitiva, que não sairão mais de sua terra ancestral. Ao mesmo tempo, indígenas Kaingang da TI Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho, bloquearam estradas vicinais que cortam suas terras com o intuito de chamar a atenção dos poderes públicos para a realidade em que vivem e exigem a demarcação das terras.

CONT.



Durante o protesto dos Kaingang aconteceu um conflito envolvendo indígenas que bloqueavam uma das estradas e um grupo de agricultores, que pretendiam afastar à força os indígenas e liberar a via. Numa tentativa de romper com o bloqueio, segundo relato de lideranças Kaingang, um menino foi levado como refém por dois homens que estavam num caminhão carregado de ração. Na perseguição, para resgatar o menino, houve um confronto e os dois ocupantes do caminhão acabaram mortos.

O fato é lamentável e, infelizmente, faz parte de uma tragédia anunciada. Ontem, em nota (leia aqui), o Cimi Sul alertou para a gravidade da situação e que medidas fossem adotadas pelo governo no sentido de se evitar derreamento de sangue. O governo federal, uma vez mais, optou pela negligência e omissão e agora deve ser responsabilizado. A violência foi incentivada e anunciada, inclusive, pelos deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS) durante audiência pública no município de Vicente Dutra (assista aqui). "Reúnam verdadeiras multidões e expulsem (os índios) do jeito que for necessário", diz Moreira.

O povo Kaingang, no norte do Rio Grande do Sul, realizou mais de quinze ocupações de terras que reivindicam como sendo parte de seu território tradicional. São em geral pequenas áreas, as quais abrigarão centenas de famílias que vivem, em sua maioria, acampadas às margens de rodovias. As terras indígenas, se comparadas às propriedades de alguns latifundiários, podem ser consideradas pequenas glebas. Por exemplo, o deputado Heinze, representante do bloco ruralista no Congresso Nacional, sozinho, possui 1.543 hectares.

É importante ressaltar que a maioria das áreas que os Kaingang reivindicam estão em processo de demarcação há mais de 10 anos, pela Funai. Nos últimos anos, desde o governo Lula, os procedimentos demarcatórios não avançaram. Com o governo Dilma a situação se agravou, pois ela determinou que todas as demarcações fossem paralisadas, acentuando os conflitos. O governo aliado aos setores do agronegócio assumiu, claramente, uma política de negação dos direitos indígenas e quilombolas, atropelando a Constituição Federal.

O ministro da Justiça José Eduardo Cardozo tem insistido que vai buscar solução para os problemas através de mesas de diálogos com os Kaingang. As tais mesas, no entender do Cimi Sul, não passam de manobras protelatórias. Somente no mês de abril de 2014, o ministro da Justiça se comprometeu, por quatro vezes, em dialogar com os indígenas em Porto Alegre. Não compareceu em nenhuma das vezes, sempre postergando para outras datas.

Os Kaingang, percebendo a estratégia do ministro em protelar o cumprimento dos acordos, decidiram romper com a farsa das tais mesas de diálogo e reiniciaram um processo de autodemarcação de seus territórios.

Alertamos, uma vez mais, para a gravidade do problema e conclama o ministro José Eduardo Cardozo para que cumpra com suas obrigações constitucionais demarcando as terras indígenas, bem como estabeleça um cronograma de pagamento das indenizações dos agricultores e o reassentamento em outras terras. Caso contrário os conflitos se intensificarão.

Manifestamos nossa solidariedade e apoio aos povos indígenas que legitimamente lutam pela demarcação de suas terras e ao mesmo tempo expressa seu pesar às famílias daqueles que



Boletim de Notícias - Edição nº 76/ 2014

Brasília, 30 de abril de 2014.

foram vitimados nos conflitos. Responsabilizamos o governo pelas violências em função de sua omissão e negligência, uma vez que as autoridades eram sabedoras da situação de conflito e nada fizeram, a não ser protelar suas decisões.

Chapecó, Santa Catarina, 29 de abril de 2014.

Conselho Indigenista Missionário - Regional Sul

Conselho de Missão entre os Povos Indígenas

Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas/RS

Assista à entrevista do produtor rural Paulo de Moraes que estava com as vítimas no momento em que a confusão começou. Ele relata que os índios estavam fortemente armados e promoveram uma verdadeira caçada aos dois agricultores que acabaram assassinados. [Clique aqui](#)

Fonte: Blog Questão Indígena